



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 00130/2023

**Número de referência:** CGE-PRC-2023/00149 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso a avaliação do Clima Relacional, disponíveis na SED - Secretaria Escolar Digital, realizada no ano de 2019. Razão para a recusa inicial do acesso pretendido indicada. Desistência do pedido. Perda superveniente de interesse recursal. Não conhecimento.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 00130/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Educação, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou ao solicitante que o banco de dados não seria disponibilizado pois continha dados pessoais sensíveis dos participantes da pesquisa. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão informou que o solicitante comunicou que não tinha mais interesse em utilizar os dados da pesquisa Clima Escolar Relacional em sua dissertação, podendo-se inferir que o interessado manifestou desistência do pedido.
4. Diante da desistência declarada do pedido pelo interessado fica prejudicado o recurso, em razão de perda superveniente do interesse recursal.
5. O presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015 e alterado pelo aludido Decreto 66.850, de 15 de junho de 2022.
6. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do aludido Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de abril de 2023.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202303769A